

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC**

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC
Campo Novo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 23 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015		
CIRCULANTE	363.033	307.678	CIRCULANTE	138.439	128.045		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	3.287	3.025	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	38.527	35.305
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		148.802	109.695	Depósitos à Vista		29.107	25.754
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		8	4	Depósitos a Prazo		9.420	9.551
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		83	521	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		80.915	73.959
Correspondentes no País		641	958	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		2	2
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	148.070	108.212	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	80.913	73.957
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	199.368	186.404	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		487	590
Operações de Crédito		208.945	198.703	Recursos em Trânsito de Terceiros		487	590
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(9.577)	(12.299)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	4.206	5.167
OUTROS CRÉDITOS		8.646	7.041	Empréstimos País - Outras Instituições		4.206	5.167
Créditos por Avisos e Fianças Honrados		109	76	OUTRAS OBRIGAÇÕES		14.304	13.024
Rendas a Receber		787	1.186	Cobrança e Arrecadação de Tributos		44	32
Créditos Específicos		325	285	Sociais e Estatutárias		2.387	1.835
Diversos	(NOTA 07)	7.902	5.953	Fiscais e Previdenciárias		1.216	1.278
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(477)	(459)	Diversas	(NOTA 14)	10.657	9.879
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	2.930	1.513				
Outros Valores e Bens		3.254	1.790				
(Provisão para desvalorização)		(365)	(430)				
Despesas Antecipadas		41	153				
NÃO CIRCULANTE	77.250	72.088	NÃO CIRCULANTE	215.978	178.196		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		59.602	55.364	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		215.978	178.196
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	115	101	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	215.960	176.914
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		115	101	Depósitos a Prazo		215.960	176.914
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	58.694	54.506	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	18	1.282
Operações de Crédito		65.085	60.645	Repasses Interfinanceiros		18	1.282
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(6.391)	(6.139)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	793	757				
Diversos		832	757				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(39)	-				
PERMANENTE		17.648	16.724	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		85.866	73.525
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	10.981	10.988	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	43.926	40.402
Outros Investimentos		10.981	10.988	De Domiciliados no País		44.006	40.502
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	3.331	2.826	(Capital a Realizar)		(80)	(100)
Outras Imobilizações de Uso		7.846	6.878	RESERVAS DE SOBRAS		38.473	30.123
(Depreciação acumulada)		(4.515)	(4.052)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.467	3.000
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	3.336	2.910				
Outros Ativos Intangíveis		5.948	5.004				
(Amortização acumulada)		(2.612)	(2.094)				
TOTAL DO ATIVO		440.283	379.766	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		440.283	379.766

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	31.794	-	31.794	61.983	-	61.983	58.729	4	58.733
Operações de Crédito	31.781	-	31.781	61.927	-	61.927	58.638	4	58.642
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	7	-	7	14	-	14	1	-	1
Resultado das Aplicações Compulsórias	6	-	6	42	-	42	90	-	90
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(18.704)	(158)	(18.862)	(40.232)	(259)	(40.491)	(35.178)	(244)	(35.422)
Operações de Captação no Mercado	(13.041)	(11)	(13.052)	(24.729)	(17)	(24.746)	(20.319)	(17)	(20.336)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.469)	(147)	(2.616)	(4.934)	(242)	(5.176)	(3.996)	(227)	(4.223)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.194)	-	(3.194)	(10.569)	-	(10.569)	(10.863)	-	(10.863)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	13.090	(158)	12.932	21.751	(259)	21.492	23.551	(240)	23.311
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.395)	1.196	(4.199)	(10.697)	2.152	(8.545)	(13.941)	2.846	(11.095)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.515	2.390	3.905	2.966	4.318	7.284	2.825	3.748	6.573
Rendas de Tarifas Bancárias	1.833	-	1.833	3.538	-	3.538	2.579	-	2.579
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.289)	(491)	(8.780)	(15.589)	(781)	(16.370)	(13.362)	(731)	(14.093)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(6.036)	(625)	(6.661)	(11.821)	(1.119)	(12.940)	(10.063)	(1.082)	(11.145)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(47)	(109)	(156)	(84)	(195)	(279)	(75)	(165)	(240)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	11.365	227	11.592	20.250	255	20.505	13.698	1.438	15.136
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(5.736)	(196)	(5.932)	(9.957)	(326)	(10.283)	(9.543)	(362)	(9.905)
RESULTADO OPERACIONAL	7.695	1.038	8.733	11.054	1.893	12.947	9.610	2.606	12.216
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	90	33	123	131	32	163	(349)	-	(349)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.785	1.071	8.856	11.185	1.925	13.110	9.261	2.606	11.867
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(370)	(370)	-	(703)	(703)	-	(848)	(848)
Provisão para Imposto de Renda	-	(208)	(208)	-	(399)	(399)	-	(506)	(506)
Provisão para Contribuição Social	-	(162)	(162)	-	(304)	(304)	-	(342)	(342)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.785	701	8.486	11.185	1.222	12.407	9.261	1.758	11.019
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.210	(1.210)	-	1.545	(1.545)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.785	701	8.486	12.395	12	12.407	10.806	213	11.019
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.928)	(12)	(8.940)	(7.806)	(213)	(8.019)
Fates - Estatutário	-	-	-	(578)	-	(578)	(500)	-	(500)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(12)	(12)	-	(213)	(213)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.512)	-	(7.512)	(6.499)	-	(6.499)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(838)	-	(838)	(807)	-	(807)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.467	-	3.467	3.000	-	3.000

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	36.947	22.817	2.879	62.643
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.278	-	(2.851)	(573)
Outras destinações	-	-	(28)	(28)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.776	-	-	2.776
Baixas de capital	(1.599)	-	-	(1.599)
Resultado do período	-	-	11.019	11.019
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(500)	(500)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(213)	(213)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.499	(6.499)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	807	(807)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	40.402	30.123	3.000	73.525
Mutações do Período	3.455	7.306	121	10.882
Saldos no início do período em 01/01/2016	40.402	30.123	3.000	73.525
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.387	-	(2.982)	(595)
Outras destinações	-	-	(18)	(18)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.029	-	-	3.029
Baixas de capital	(1.892)	-	-	(1.892)
Resultado do período	-	-	12.407	12.407
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(578)	(578)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(12)	(12)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.512	(7.512)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	838	(838)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	43.926	38.473	3.467	85.866
Mutações do Período	3.524	8.350	467	12.341
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	43.021	30.123	3.921	77.065
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.877	-	-	1.877
Baixas de capital	(972)	-	-	(972)
Resultado do período	-	-	8.486	8.486
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(578)	(578)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(12)	(12)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.512	(7.512)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	838	(838)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	43.926	38.473	3.467	85.866
Mutações do Período	905	8.350	(454)	8.801

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.424	10.878	16.946
Resultado do semestre/exercício	8.486	12.407	11.019
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(5.062)	(1.529)	5.927
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(4.291)	(2.470)	5.094
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(65)	(65)	358
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(658)	57	141
Depreciação do imobilizado de uso	426	809	761
Amortização do intangível	282	519	445
Baixas do ativo permanente	53	70	14
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(5)	(9)	29
Destinações ao FATES	(590)	(590)	(713)
Dividendos SicrediPar	(214)	150	(202)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	21.842	31.040	24.236
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(7)	(14)	(101)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.750	(4)	(3)
Redução em créditos vinculados	53	438	1.731
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	250	317	(46)
(Aumento) em operações de crédito	(26.432)	(14.682)	(8.876)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	19.732	5.692	(1.100)
(Aumento) em outros créditos	(721)	(1.848)	(2.025)
(Aumento) em outros valores e bens	(484)	(1.352)	(924)
Aumento em depósitos	24.091	42.268	32.283
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	247	(103)	117
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.322)	(961)	506
Absorção de dispêndios pelo FATES	(233)	(575)	(353)
Aumento em outras obrigações	3.918	1.864	3.027
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	25.266	41.918	41.182
Aquisição de Imobilizado de Uso	(792)	(1.378)	(543)
Aplicações no Intangível	(180)	(944)	(1.275)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(972)	(2.322)	(1.818)
Integralização de capital	1.877	3.029	2.776
Baixa de capital	(973)	(1.892)	(1.599)
Distribuição de Sobras	-	(613)	(601)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	904	524	576
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	25.198	40.120	39.940
Caixa e equivalente de caixa no início do período	126.159	111.237	71.297
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	151.357	151.357	111.237

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANCO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	307.742	(64)	307.678
OUTROS CRÉDITOS	7.105	(64)	7.041
Diversos	6.017	(64)	5.953
Ativo Não circulante	72.024	64	72.088
OUTROS CRÉDITOS	693	64	757
Diversos	693	64	757
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.095)	-	(11.095)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.749	(176)	6.573
Rendas de Tarifas Bancárias	2.403	176	2.579

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	24.337	(101)	24.236
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	41.283	(101)	41.182
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.919)	101	(1.818)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	3.287	3.025
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	148.070	108.212
Total	151.357	111.237

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	115	101
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	115	101
Total realizável a longo prazo	115	101

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	96.732	38.842	135.574	128.419
Financiamentos	29.174	25.001	54.175	51.705
Financiamentos rurais e agroindustriais	83.039	1.242	84.281	79.224
Carteira total	208.945	65.085	274.030	259.348

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	109	-	109	76
Devedores por compra de valores e bens	442	831	1.273	1.083
Títulos e créditos a receber (i)	5.140	1	5.141	3.799
Total	5.691	832	6.523	4.958

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	98.307	94.434	492	472
Nível B	1,00	91.312	79.642	913	796
Nível C	3,00	53.650	48.982	1.609	1.469
Nível D	10,00	20.156	18.179	2.016	1.818
Nível E	30,00	5.041	5.945	1.512	1.784
Nível F	50,00	3.385	8.458	1.693	4.229
Nível G	70,00	2.596	2.102	1.817	1.471
Nível H	100,00	6.106	6.564	6.106	6.564
Total (i)		280.553	264.306	16.158	18.603

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 326 (2015 - R\$ 294).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	2.684	28.692	38.272	39.687	109.335
Rural	126	21.003	61.910	1.242	84.281
Industrial	148	7.665	6.546	3.627	17.986
Comércio	471	13.020	17.929	10.578	41.998
Outros Serviços	422	7.768	7.980	10.783	26.953
Total	3.851	78.148	132.637	65.917	280.553
					264.306

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	39.633	14,13	21.565	8,16
50 devedores seguintes	54.963	19,59	45.617	17,26
100 devedores seguintes	37.961	13,53	36.667	13,87
Demais	147.996	52,75	160.457	60,71
Total	280.553	100	264.306	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	18.897	13.662
Constituição de provisão	10.569	10.863
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.982)	(5.628)
Saldo final	16.484	18.897

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.301 (2015 - R\$ 1.582), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 13.560 (2015 - R\$ 7.305).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	88	100
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.633	1.265
Devedores por compra de valores e bens	442	391
Devedores por depósitos em garantia	63	173
Impostos e contribuições a compensar	72	17
Títulos e créditos a receber	5.140	3.798
Valores honrados	17	16
Cotas de consórcio	92	15
Devedores por convênios	1	1
Operações com cartões	61	4
Pendências a regularizar	2	48
Outros	291	125
Total Circulante	7.902	5.953
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	64
Devedores por compra de valores e bens	831	692
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	832	757

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	3.249	1.786
Imóveis	2.561	1.119
Veículos e afins	452	65
Máquinas e equipamentos	-	50
Bens em regime especial	236	552
Material em estoque	5	4
Despesas antecipadas	41	153
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(365)	(430)
Total Circulante	2.930	1.513

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 365 (2015 - R\$ 430) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	6.240	6.240
Sicredi Participações S.A.	4.737	4.737
Outras Participações e Investimentos	4	11
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	3	10
Total	10.981	10.988

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A. 2015		Sicredi Fundos Garantidores 2015		Cooperativa Central	
	2016	(Reapresentado)	2016	(Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	1.536.437 ON	1.536.437 ON	1	1	6.239.750	6.239.750
	3.201.061 PN	3.201.061 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,54%	0,59%	0,63%	0,72%	1,78%	1,82%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	4.737	4.737	1	1	6.240	6.240

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	7.846	(4.515)	3.331	2.826
Imobilizações em curso	-	71	-	71	359
Instalações	10%	1.111	(404)	707	350
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.464	(1.363)	1.101	1.003
Sistema de comunicação	10%	179	(115)	64	55
Sistema de processamento de dados	20%	2.264	(1.740)	524	495
Sistema de segurança	10%	191	(121)	70	48
Sistema de transporte	20%	1.566	(772)	794	516
Intangível (i)	5% a 15%	5.948	(2.612)	3.336	2.910
Investimentos Confederação		5.948	(2.612)	3.336	2.910
Total		13.794	(7.127)	6.667	5.736

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	29.107	-	-	29.107	25.754
Depósitos a prazo	4.796	4.624	215.960	225.380	186.465
Total	33.903	4.624	215.960	254.487	212.219

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	80.913	73.957
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	80.913	73.957
Total circulante	80.913	73.957
Recursos do Crédito Rural	18	1.282
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	18	1.282
Total exigível a longo prazo	18	1.282

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 11,25% a.a. com vencimentos até 15/05/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	4.206	5.167
Cooperativa Central Sicredi Sul	4.206	5.167
Total circulante	4.206	5.167

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	946	1.172
Obrigações por convênios oficiais	3	3
Provisão para pagamentos a efetuar	2.735	2.482
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	103	112
Provisão para coobrigações (i)	1.050	999
Pendências a regularizar	50	77
Operações com cartões	4.853	3.563
Demais fornecedores	335	293
Credores diversos	582	1.178
Total circulante	10.657	9.879

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Cível	112	10	(19)	103
Total	112	10	(19)	103

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Cível	Provável	103	112
Total		103	112

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária(i), cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 215 e R\$ 112 (2015 - R\$ 0 e R\$ 112), respectivamente.

(i) Quanto a Contingência Tributária, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 11070.720272/2012-64 desde 10/02/2012, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência da diferença SAT. O processo encontra-se em fase de impugnação administrativa, atingindo o valor de R\$ 112, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	43.926	40.402
Total de associados	41.639	39.596

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.524 (2015 – R\$ 3.455), sendo R\$ 2.387 (2015 – R\$ 2.278) via integralização de resultados e R\$ 3.029 (2015 – R\$ 2.776), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.892 (2015 – R\$ 1.599).

b) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	13.110	11.867
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.506)	(4.984)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	25	30
Provisão resgate milhas cartão	5	15
Provisão de PPR	7	-
Receita com atos cooperativos	4.698	3.704
Juros sobre o capital próprio	-	-
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	178
Outros	68	209
Subtotal	4.803	4.136
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(703)	(848)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	115	101
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	148.070	108.212
Outros Créditos - Rendas a receber	454	665
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.690	1.388
Despesas antecipadas (Nota 08)	-	116
Investimentos (Nota 09)	10.978	10.978
Intangível (Nota 10)	3.336	2.910
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	80.931	75.239
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.206	5.167
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	4.743	3.689
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	14	1
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	1.786	35
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	17.420	12.264
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	5.177	4.223
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	511	431
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	5.839	5.876

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	92	0,32%	38
Depósitos a prazo	1.226	0,54%	532
Operações de crédito	4.617	1,68%	2.817

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	1.432	963

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 12.940 (2015 - R\$ 11.145), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.047	998
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	16.461	11.186
Reversão de provisões operacionais	2.126	1.123
Outras rendas operacionais	871	1.829
Total	20.505	15.136

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.352	1.434
Contribuição O.C.E.	93	74
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	177	373
Contribuição Confederação Sicredi	4.151	3.861
Cooperativa Central Sicredi Sul	888	800
Contribuição Sureg	-	422
Encargos da administração financeira	92	69
Repasse Administradora de Cartões	488	304
Outras provisões operacionais	1.905	845
Outras despesas operacionais	1.137	1.723
Total	10.283	9.905

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	44.545	45.942
Coobrigações em cessões de crédito	-	10
Total	44.545	45.952

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	84.374	72.814
Capital principal - CP	84.374	72.814
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	38.473	30.123
Lucros acumulados	3.467	3.000
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.491	710
Total do capital qualificado	84.374	72.814
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	37.254	35.673
Índice sobre o PR considerando a RBAN	23,91%	22,71%
Situação para o limite de imobilização	5.179	5.037
Índice de imobilização (limite 50%)	6,14%	6,92%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Marcelo Junior Altissimo
Diretor Executivo
CPF: 932.576.860-72

Aline Thiesen
Diretora de Operações
CPF: 989.327.300-59

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72